

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.821.685 - RS (2019/0176781-8)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
EMBARGANTE : BIANCHINI S/A INDÚSTRIA COMÉRCIO E AGRICULTURA
ADVOGADOS : RENATA ROLLA BERNAUD - RS081118
FABIO CANAZARO E OUTRO(S) - RS046621
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração contra decisão deste Relator (fls. 1.225-1.228, e-STJ), que determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, em virtude de a matéria versada no apelo nobre ter sido submetida ao rito dos recursos repetitivos nos Recursos Especiais 1.767/945/RS, 1.768.060/RS e 1.768.415/SC (Tema 1.003).

A parte embargante afirma que não é o caso de devolução dos autos, "mas sim de julgamento de negativa de seguimento do recurso da União, por nítida tentativa de se reanalisar os fatos e provas dos autos para tentar modificar a coisa julgada, resultando em violação à Súmula 7 deste Tribunal".

É o relatório.

Decido.

É assente no STJ que é irrecorrível a decisão que determina a devolução dos autos ao Tribunal de origem, para aguardar o fim do julgamento de matéria submetida ao rito dos Recursos Especiais repetitivos ou dos Recursos Extraordinários com repercussão geral reconhecida.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA REALIZAÇÃO DE NOVO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE EM CONFORMIDADE COM O DECIDIDO EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO OU EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO SUBMETIDO À REPERCUSSÃO GERAL.

I - A matéria deduzida no presente recurso, qual seja, a possibilidade de alteração das alíquotas do Riscos Ambientais do Trabalho - RAT (antigo SAT - Seguro Acidente de Trabalho) aferida pelo desempenho da empresa em relação à respectiva atividade econômica, pelo Decreto n. 3.048/99, com a redação dada pelo Decreto n. 6.957/09, é objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 677.725/RS, sob o regime de repercussão geral.

II - Determinou-se a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que seja realizado novo juízo de admissibilidade do recurso considerando-se o decidido em recurso especial repetitivo e/ou submetido à

repercussão geral. Foi interposto agravo interno contra essa decisão.

III - Conforme entendimento pacífico desta Corte "não se deve conhecer do recurso de agravo interno impugnando a decisão que determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que observe a sistemática prevista nos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015, tendo em vista que o aludido sobrestamento não é capaz de gerar nenhum prejuízo às partes, motivo pelo qual é irrecurável" (AgInt no REsp 1.663.877/SE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 04/09/2017). No mesmo sentido: AgInt no AREsp 1423595/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2019, DJe 17/06/2019; AgInt no REsp 1577710/PR, Rel. Ministra ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 07/06/2019.

IV - Agravo interno não conhecido. (AgInt no REsp 1.803.836/SC, Rel. Min. Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 24.9.2019)

PROCESSUAL CIVIL. APELO NOBRE. SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS. JUÍZO DE CONFORMAÇÃO DEVOLUÇÃO. IRRECORRIBILIDADE.

1. É inadmissível a interposição de recurso em desfavor de decisão que determina a baixa dos autos para juízo de conformação do feito, em virtude do julgamento de recurso especial submetido à sistemática dos recursos repetitivos.

2. Nos termos do art. 1.037, §§ 9º e 10, do CPC de 2015, a única hipótese de alteração da decisão agravada seria a demonstração, através de requerimento, de que a questão a ser decidida no processo e aquela julgada no recurso repetitivo seriam distintas, situação inócurre.

3. Agravo interno não conhecido. (AgInt no REsp 1.719.843/AM, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 25.9.2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRADO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL QUANTO AO TEMA VERSADO NO ESPECIAL. DEVOLUÇÃO À CORTE DE ORIGEM PARA OPORTUNO JUÍZO DE CONFORMAÇÃO OU DE RETRATAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. IRRECORRIBILIDADE. AGRADO NÃO CONHECIDO.

1. É firme o entendimento, no âmbito desta Corte de Justiça, de que é irrecurável a decisão que determina a devolução dos autos ao Tribunal de origem, a fim de aguardar-se o julgamento de matéria submetida ao rito dos recursos repetitivos ou da repercussão geral. Precedentes.

2. Agravo interno não conhecido. (AgInt no AgInt no REsp 1.423.253/SC, Rel. Min. Raul Araújo, Quarta Turma, DJe 19.12.2018)

Superior Tribunal de Justiça

Diante do exposto, **não conheço dos Embargos de Declaração, com a advertência de que sua reiteração será considerada expediente protelatório sujeito a multa.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator